

“Louco sim, drogado não”: o imaginário de profissionais da saúde mental

Cristiane Helena Dias Simões

Tomiris Forner Barcelos

Débora Ortolan Fernandes de Oliveira

Carlos Del Negro Visintin

Tania Maria José Aiello-Vaisberg

RESUMO

Considerando que as práticas clínicas se baseiam tanto em conhecimentos científicos como em crenças e valores nem sempre conscientes, este estudo objetiva investigar o imaginário coletivo de profissionais de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta. Justifica-se, portanto, desde o interesse em aperfeiçoar a qualidade do atendimento, tendo em vista tanto o benefício dos pacientes, como a melhoria das condições de exercício profissional. A partir de uma entrevista psicológica coletiva, articulada ao redor do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, abordamos sete profissionais de nível superior que trabalham em equipamento de saúde mental. A consideração do material permitiu a produção interpretativa de dois campos de sentido afetivo-emocional: “Sofredores psicóticos” e “Impostores dependentes”. O quadro geral apresenta a coexistência de visões solidárias e éticas diante do psicótico com visões preconceituosas e hostis em relação ao dependente químico. Esse contraste se baseia sobretudo na dificuldade em perceber que a base motivacional do uso da droga seria o sofrimento emocional. Como um todo, esse cenário permite pensar que a reforma psiquiátrica gerou transformações que promovem acolhimento, mas que ainda permanecem estigmas a serem superados.

Palavras-chave: profissionais; saúde mental; reforma psiquiátrica; imaginário coletivo; dependência química.

ABSTRACT

“Crazies over junkies”: The collective imagination of mental health professionals

Considering that clinical practices are based both on scientific knowledge and on beliefs and values that are not always conscious, this study aims to investigate the collective imagination of mental health professionals about the psychiatric patient, from the perspective of psychoanalytic concrete psychology. The importance of this study lies on the interest in improving the quality of care, considering both the benefit of patients and the improvement of professional practice conditions. Based on a collective psychological interview, articulated around the use of the Thematic Story-Drawing Procedure, we approached seven higher education professionals who work in mental health service. Consideration of the material allowed the interpretative production of two affective-emotional fields of meaning: “Psychotic sufferers” and “Dependent impostors”. The overall picture shows the coexistence of sympathetic and ethical views toward the mentally psychotic with prejudiced and hostile views toward the drug-dependent. This contrast is mainly based on the difficulty in realizing that the motivational basis for drug use would be emotional suffering. As a whole, this scenario allows us to conclude that the psychiatric reform has brought about transformations that promote acceptance, but that stigmas to be overcome still remain.

Keywords: professionals; mental health; psychiatric reform; collective imagination; drug addiction.

Sobre os Autores

C.H.D.S.
orcid.org/0000-0001-8185-5411
Universidade de São Paulo -
Campinas, SP
cristianesimoies@hotmail.com

T.F.B.
orcid.org/0000-0003-0380-6432
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas - Campinas, SP
tomirisfb@gmail.com

D.O.F.O.
orcid.org/0000-0002-7937-1837
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas - Campinas, SP
deboraofofoliveira@gmail.com

C.D.N.V.
orcid.org/0000-0002-1995-1047
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas - Paulínia, SP
carlosvisintin@hotmail.com

T.M.J.A.V
orcid.org/0000-0003-3894-1300
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas – São Paulo, SP
aiello.vaisberg@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



O objetivo do presente estudo é investigar o imaginário coletivo de profissionais de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico, a partir da psicologia psicanalítica concreta, perspectiva teórico-metodológica que articula a psicanálise intersubjetiva com o materialismo dialético. Trata-se de iniciativa de trabalho que Bleger (1958/1988; 1963/2007) desenvolveu a partir do estudo das colocações de Politzer (1928/2004), no bojo de um projeto de forjar um modo ético e politicamente comprometido de estender atenção psicológica clínica a parcelas subalternas e oprimidas da população. Como psicanalista, Bleger teve seu trabalho facilitado pelo fato de o filósofo Politzer ter-se voltado especificamente à psicanálise, mas não devemos esquecer que o espírito que norteia a valorização da psicologia concreta não impede que outros referenciais psicológicos possam vir a ser coerentemente combinados com o pensamento marxista, a exemplo do que Carvalho (2020) veio a apontar recentemente, desde uma perspectiva vigotskiana.

Partimos, na presente pesquisa, da ideia de que as práticas profissionais de cuidado atuadas cotidianamente derivam tanto de conhecimentos científicos, adquiridos durante a educação superior, como de crenças e valores nem sempre conscientes, que se organizam como campos imaginários, ou seja, como ambientes psicológicos nos quais a experiência é vivida (Bleger, 1963/2007). Para esse autor, o imaginário não se refere apenas à atividade imaginativa em seu sentido mais conhecido (de produção de imagens psíquicas), mas também a atos e práticas que se concretizam como fenômenos que ocorrem em uma esfera ontológica específica, a do ser sócio social, que depende mas supera as esferas inorgânica e orgânica do ser (Lukács, 1978/2013).

Deste ponto de vista, é importante destacar que os profissionais de saúde mental, por se encontrarem imersos em um campo de atuação que inerentemente implica contato próximo com o outro em situação de vulnerabilidade, acabam sendo emocionalmente tocados em seu cotidiano de trabalho, o que, aliás, pode, em condições propícias, ser utilizado como recurso valioso que contribui para a compreensão dos pacientes. A atuação profissional não se limita, portanto, à aplicação de conhecimentos teórico-técnicos, mas exige uma apreensão na qual se integram o saber e a sensibilidade afetivo-emocional dos trabalhadores, que inclui crenças e fantasias. Essas últimas, vale lembrar, não correspondem, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, a fenômenos que os indivíduos vivenciam isoladamente uns dos outros, pois se articulam em campos imaginários intersubjetivos que se configuram como ambientes psicológicos coletivamente partilhados.

A sensibilidade afetivo-emocional, mobilizada no profissional que atende pessoas acometidas por sofrimento psíquico grave, ganha especial relevância no contexto das mudanças propostas pela reforma psiquiátrica, que preconiza uma assistência integral e proximidade humanizadora, pautada no

incentivo à convivência social e à autonomia das pessoas. Por este motivo, faz sentido considerar que o estudo do imaginário coletivo pode aportar conhecimentos relevantes para os profissionais que enfrentam concretamente, no seu dia a dia, dificuldades e desafios em próxima interação com os pacientes. Além disso, esse tipo de pesquisa pode trazer subsídios para debates no âmbito dos movimentos sociais de defesa de direitos humanos dos pacientes e suas famílias.

Parece-nos relevante comentar que temos constatado uma convergência acentuada no posicionamento que vários autores vêm assumindo, em diversos artigos, no que diz respeito ao reconhecimento de que, ainda que haja incontáveis esforços, principalmente dos profissionais que atuam na rede de saúde mental, nem sempre as diretrizes básicas da reforma psiquiátrica brasileira se efetivam, pois são diversos os impasses a serem superados. Os artigos de Barretto e Figueiredo (2019), Constantinidis (2017), Lima e Miranda (2018), Pessoa Júnior et al. (2016), Reinaldo e Santos (2016), Santos et al. (2018), Soares et al. (2020), Souza et al. (2015), Vasconcelos e Paulon (2014) e Vargas e Campos (2020) são exemplos de trabalhos que apontam nessa direção. Consideramos importante pontuar que, apesar de usarem diferentes referenciais teóricos e metodológicos, tais estudos coincidem, em suas conclusões, no que diz respeito à prevalência de um distanciamento entre o que é discursivamente preconizado e aquilo que pode ser efetivamente implantado na atuação. Os pesquisadores também tendem a concordar quanto ao que entendem serem os obstáculos à plena concretização das propostas, apontando como problemas principais o baixo investimento financeiro, sempre ligado a questões políticas, do qual derivam praticamente todas as demais carências, como quantidade limitada de profissionais em relação ao número de pessoas assistidas e burocratização excessiva dos processos de trabalho. Até mesmo dificuldades oriundas das divergências nas tomadas de decisões dos profissionais no cotidiano do trabalho podem ser creditadas a baixas dotações orçamentárias à formação do pessoal qualificado – num país em que há poucas vagas nas universidades públicas e o estudante da área da saúde geralmente paga vultosas quantias para cursar o ensino superior.

Além disso, averiguamos que os estudos mencionam que os profissionais de saúde mental muitas vezes vivenciam experiências emocionais diante dos pacientes e seus familiares e com os demais trabalhadores. Tais ocorrências deixam claro, principalmente para aqueles estudos que aderem a referenciais compreensivos, que a prática clínica está longe de desafiá-los apenas no sentido de propor questões passíveis de serem resolvidas por saberes técnicos-científicos, pois convoca os profissionais como seres humanos não apenas racionais, mas também sensíveis e afetivos.

Dessa maneira, acreditamos que as dimensões afetivo-emocionais mobilizadas durante o dia a dia dos profissionais em próximo contato com os pacientes devem ser melhor

estudadas, motivo pelo qual nos propomos a investigar o imaginário coletivo de profissionais de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico (Simões, 2012). Ao nosso ver, a produção desse tipo de conhecimento pode tanto beneficiar os usuários dos serviços como servir de subsídio para proteção ao cuidado dos trabalhadores da saúde mental, na medida em que estarão melhor preparados para evitar uma visão defensiva de que aquilo que dizem os usuários dos serviços de saúde mental, seus familiares e acompanhantes, corresponde a visões de informantes objetivos (Simões et al., 2013). Tal abordagem se integra a outros trabalhos que tratam o imaginário coletivo de outros profissionais (Oliveira, 2020; Simões et al., 2015).

Sendo assim, buscamos, no presente estudo, produzir conhecimentos compreensivos sobre o modo como profissionais que trabalham na saúde mental posicionam-se imaginativamente, em termos de ideias, emoções e crenças, sobre as pessoas que atendem. Esse enfoque tem tido sua fecundidade heurística reconhecida pelos periódicos que vêm publicando um amplo conjunto de trabalhos sobre imaginários coletivos acerca de questões socialmente relevantes, conforme ressaltado em revisão integrativa por Rosa et al. (2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O material da presente pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas pelo protocolo 294/09, consiste em comunicações de sete profissionais que atuam em equipamento de saúde mental. O grupo dos participantes é composto predominantemente por profissionais com formação universitária em diferentes áreas, tais como medicina, psicologia, terapia ocupacional, nutrição e farmácia. Suas idades variam entre 28 e 52 anos, com tempo médio de experiência na área psiquiátrica de 11 anos de atuação. Essa configuração permite que afirmemos que nossos participantes podem ser considerados razoavelmente experientes no trabalho que realizam enquanto, por outro lado, ainda se encontram bastante distanciados da possibilidade de aposentadoria.

No que diz respeito à pesquisa aqui abordada, dado nosso interesse investigativo no imaginário do profissional da saúde mental, consideramos o grupo de participantes como personalidade coletiva, um construto teórico que se baseia em formulações psicanalítico-dialéticas de Bleger (1963/2007), na sociologia marxista de Goldman (1974) e na ontologia do ser social de Lukács (1978/2013). Todo ato humano, segundo essa visão, é sempre e inevitavelmente, a uma só vez, individual e coletivo, já que não vivemos de modo isolado, mas sempre coexistindo apesar de sermos, cada um de nós, singulares e únicos. Entendemos, desse modo, porque dependerá dos interesses de pesquisa, atentar para as manifestações de conduta, sejam desenhos, histórias ou comentários numa

conversa grupal, como produções de uma personalidade coletiva transindividual sem nos deter sobre a singularidade individual daquele que fez este ou aquele gesto. Sendo assim, tomamos os sete participantes do presente estudo tão somente como componentes da personalidade coletiva, de modo que não levamos em conta seus percursos individuais de vida. Para efeitos de exemplificação, pensemos nas diferenças existentes entre pesquisas sobre a conduta do eleitor brasileiro nas diferentes regiões do país, sobre a conduta do torcedor corinthiano diante de vitórias e derrotas ou nos caminhos de militância da mulher negra com nível superior de instrução. Essas três condições correspondem a personalidades coletivas, sendo do ponto de vista dialético tão concretas quando as pessoas individuais. Por outro lado, podemos afirmar que quando realizamos trabalho psicoterapêutico, individual ou grupal, estaremos, como psicólogos clínico-sociais, interessados no cuidado de pessoas individuais, que podem pertencer a qualquer desses coletivos, que trataríamos como pessoas únicas, que percorrem percursos vitais singulares.

O método psicanalítico, assim como outros métodos qualitativos, deve ser operacionalizado em termos de procedimentos de pesquisa que correspondem às diversas etapas por meio das quais se organizam os processos de pesquisa empírica na área da psicologia. A operacionalização é uma tarefa indispensável porque o método psicanalítico corresponde a uma forma geral de investigação que visa compreender sentidos afetivo-emocionais de manifestações de personalidades humanas, em âmbitos individuais ou coletivos, as quais se encontram sempre dialeticamente inseridas em contextos macrosociais. São os seguintes:

1. procedimento investigativo de produção do material de pesquisa
2. procedimento investigativo de registro do material de pesquisa
3. procedimento investigativo de interpretação do conjunto do material

Atendemos ao procedimento investigativo de produção do material de pesquisa, que concebemos como encontro intersubjetivo que se constitui como enquadre conhecido como entrevista grupal para abordagem de personalidade coletiva (Ávila et al., 2008; Barcelos, 2014; Duchesne & Haegel, 2005; Manna et al, 2018). Vale aqui esclarecer que usamos a expressão “produção do material de pesquisa” para enfatizar o fato de que a manifestação dos participantes surge a partir da solicitação dos pesquisadores, ou seja, como produto que emerge a partir de uma interação inter-humana. Não se trata, claro está, de um objeto ou dado preexistente ao encontro, mas de acontecer humano, cuja vigência potencial atualiza-se diante da solicitação formulada pelos pesquisadores.

A entrevista coletiva, durante a qual foi produzido o material de pesquisa, organizou-se ao redor do uso do Procedi-

mento de Desenhos-Estórias com Tema – PDE-Tema, recurso dialógico desenvolvido por Aiello-Vaisberg (1999) a partir do Procedimento de Desenhos-Estórias de Walter Trinca (1976). Enunciamos o tema por meio da solicitação de que desenhassem individualmente “uma pessoa que procura um serviço de saúde mental”, e que, no verso, escrevessem uma história sobre a figura desenhada. Em seguida, abrimos um espaço de conversa, convidando-os a se expressarem livremente sobre a experiência que acabavam de viver e sobre o tema abordado. Ao final, solicitamos aos participantes que deixassem suas produções conosco, para que pudessem ser utilizadas como material de pesquisa, deixando claro que sua privacidade seria preservada. Receberam esclarecimentos relativos à liberdade de não entregarem o material, mas nenhum deles se recusou a fazê-lo.

O modelo de entrevista que realizamos toma como base paradigmática o Jogo do Rabisco (Winnicott, 1968/1994), idealizado com o objetivo de instaurar um campo relacional lúdico e acolhedor em consultas terapêuticas. Desse modo, o enquadre aqui utilizado pode ser considerado transicional, na medida em que o PDE-Tema, como recurso dialógico, de feições brincantes, contribui para a criação de um ambiente suficientemente bom que favorece a expressão subjetiva dos participantes que integram transindividualmente a pessoalidade coletiva aqui investigada.

Em termos do cumprimento do procedimento investigativo de registro do material de pesquisa, cabe declarar que a presente pesquisa se organizou por meio do uso de dois diferentes tipos de registro: desenhos-estórias produzidos pelos participantes, que nos foram entregues ao final da entrevista, e uma narrativa transferencial, escrita após o encontro.

Os desenhos e as histórias, digitalizados e transcritos na íntegra, correspondem, em si mesmos, a registros da entrevista, uma vez que são produções elaboradas como resposta à demanda veiculada pelo Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema. Constituem-se, de acordo com Bleger (1963/2007), como conduta que se expressa por meio de objetos que se criam a partir de mudanças que atos humanos imprimem no mundo externo. No caso, folhas de papel sulfite, anteriormente brancas, foram preenchidas com desenhos e escritos.

As narrativas transferenciais são uma forma de registrar encontros inter-humanos especificamente idealizada para ser usada em pesquisas qualitativas com método psicanalítico (Aiello-Vaisberg & Machado, 2007; Aiello-Vaisberg et al., 2009). Essa forma de registro surgiu a partir do reconhecimento da necessidade de se adotar registros que pudessem ser elaborados de acordo com as regras fundamentais do método psicanalítico, atenção fluante e associação livre de ideias, o que contribui notavelmente para que o desenho de pesquisa seja coerente ontológica, epistemológica e metodologicamente falando. Esse registro se define como elabora-

ção de um relato, a ser realizado após a entrevista, de memória, em estado de cultivo da atenção fluante e da associação livre de ideias, pilares do método psicanalítico. Nesse texto, os pesquisadores contam não apenas o que aconteceu e/ou foi conversado durante a entrevista, mas também expressam suas impressões, bem como os impactos afetivo-emocionais vivenciados durante o encontro com os participantes. São inúmeras as pesquisas em que temos usado esse procedimento de registro, entre as quais lembramos, à guisa de exemplo, Ferreira-Teixeira et al. (2019), Manna et al. (2018) e Pekny e Granato (2019).

O procedimento investigativo de interpretação do conjunto do material deu-se por meio do uso do método psicanalítico, tal como pode ser colocado em marcha quando atentamos às três palavras de ordem recomendadas por Herrmann (2001): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido emergente”. Na presente investigação, a primeira palavra de ordem se realiza quando os pesquisadores/psicanalistas apreciam inúmeras vezes os desenhos e as histórias, assim como a narrativa transferencial, em estado de atenção fluante, aguardando que algo se destaque nas comunicações dos participantes. A segunda palavra de ordem é cumprida quando os pesquisadores/psicanalistas deixam-se impactar cognitivamente por aquilo que se destaca. Finalmente, a terceira palavra de ordem corresponde a um movimento que, numa perspectiva winnicottianamente inspirada, pode ser referido como um “criar/encontrar sentidos afetivo-emocionais”. Trata-se de completar um sentido afetivo-emocional que se configura num campo intersubjetivo, estendendo-se “entre” pessoas e não apenas na interioridade psíquica de cada um.

Em outros termos, assumimos que toda interpretação consiste na criação de sentidos pelo intérprete que, paradoxalmente, já estavam potencialmente presentes no material. Assim, o intérprete dialoga criativamente com as manifestações dos participantes e só cria o que já está lá, em estado potencial, porque, de outro modo, estaria sendo arbitrário e, portanto, equivocando-se.

Quando, na psicologia psicanalítica concreta, colocamos o método psicanalítico em marcha, chegamos a resultados interpretativos não conscientes: os campos de sentido afetivo-emocional. Tais campos correspondem a um fundo intersubjetivo produtor de condutas, sendo que não são vistos no registro psicológico apenas como emanções provenientes do psiquismo de um indivíduo passível de ser isolado das condições concretas de sua existência, mas como produtos de interações vinculares que se organizam ao redor de crenças e fantasias compartilhadas.

RESULTADOS INTERPRETATIVOS

A consideração do conjunto do material produzido pelos sete participantes, aqui identificados com a letra “P” seguida

de um numeral, e à luz das recomendações de Herrmann (1979), relativas ao processo de interpretação, permitiu a criação/encontro de dois campos de sentido afetivo-emocional: “Sofredores psicóticos” e “Impostores dependentes”. Ambos serão definidos a seguir e exemplificados em termos da apresentação de condutas imaginativas deles emergentes.

O primeiro campo, intitulado “Sofredores psicóticos” é organizado ao redor da crença/fantasia segundo a qual pessoas incapazes de manter uma visão correta da realidade apresentam sofrimentos psíquicos que as constituem como pacientes psiquiátricos verdadeiros.

Para fins de ilustração, selecionamos um desenho-estória que exemplifica o tipo de paciente imaginado nesse primeiro campo, bem como um trecho na narrativa transferencial:



“Ando ouvindo e ando vendo coisas terríveis de imaginar e admitir que elas existem. O que faço com isso? Estou perdido”
(Desenho-estória do participante P2).

“É, na verdade pensamos no paciente sofredor, num psicótico... eu imaginei alguém que estava precisando de ajuda... eu me baseei em uma paciente psicótica que sempre é internada na clínica... eu fiz uma paciente que ainda não conseguiu vir à clínica, mas está chegando, que isso é uma situação que também exige manejo...” (fala do participante P3 registrada na narrativa transferencial).

O segundo campo, denominado “Impostores dependentes”

organiza-se ao redor da crença/fantasia de que usuários de substâncias químicas simulariam sintomas, constituindo-se como falsos pacientes. Selecionamos duas manifestações fornecidas pelos participantes como exemplos ilustrativos do tipo de paciente emergente a partir deste campo:

“...Olha, quanto aos dependentes químicos falo sempre que não gosto e acho que não tenho habilidade para lidar com eles, eu fico cansada, desmotivada com a questão da reinternação e tudo mais.... atualmente, o número de pacientes com diagnóstico de dependência vem ocupando grande parte dos leitos da clínica e, muitas vezes, ainda querem uma mudança de diagnóstico para conseguir mais dias pelo convênio, além de outras manipulações que a equipe percebe e não sabe como lidar. Percebo que o número de pacientes que abusa de alguma coisa vem aumentando consideravelmente...” (fala do participante P3 registrada na narrativa transferencial).

“...Então, eu achei extremamente interessante isso, porque vejo claramente o quanto alguns pacientes, esses que usam drogas de maneira abusiva, incomodam na clínica... vejo muitos profissionais incomodados com alguns pacientes que recaem, que vão e voltam da internação, sem melhoras...” (fala do participante P5 registrada na narrativa transferencial).

Apresentamos, na Tabela 1, os desenhos-estórias e os trechos da narrativa transferencial relativos a cada um dos participantes, conforme emergiram a partir do primeiro ou do segundo campo de sentido afetivo-emocional que criamos/encontramos.

Tabela 1. Campos de sentido afetivo-emocional e as produções correspondentes.

Campos	PDE-Tema	Narrativa transferencial
“Sofredores psicóticos”	P1, P2, P3, P4, P6 e P7	P1, P2, P4, P6 e P7
“Impostores dependentes”	P5	P1, P3, P5 e P6

Considerados conjuntamente, os dois campos apontam que o imaginário acerca do paciente psiquiátrico é fortemente afetado por uma teoria relativa à possibilidade ou impossibilidade de controle da própria condição. Aqueles que não conseguem comandar seus próprios sintomas, a não ser com o uso de psicofármacos prescritos pelo psiquiatra, são vistos como pacientes verdadeiros. Aqueles que usam drogas legais ou ilegais, aparentemente por decisão própria, são julgados como fraudadores que se fazem passar por pacientes psiquiátricos quando, ao que tudo indica, seriam pessoas de caráter moralmente duvidoso.

INTERLOCUÇÕES REFLEXIVAS

A apreciação conjunta dos dois campos de sentido afeti-

vo-emocional revela que os sete profissionais que participaram de nossa pesquisa defrontam-se com uma situação imaginativa desafiadora: a de discriminar entre pacientes verdadeiros e falsos. Em outros termos, perguntam-se se podem confiar na sinceridade do sofrimento vivido por aqueles de quem devem cuidar. Essa configuração é extremamente curiosa, uma vez que revela que uma visão psicopatológica simplória está funcionando como armadilha para um grupo experiente e satisfatoriamente formado. Afinal, não estamos diante de leigos, mas de pessoas que já estudaram teorias psicopatológicas, que certamente usam no seu cotidiano laboral.

A visão psicopatológica simplória, que certamente não coincide com aquilo em que acreditam conscientemente, só veio à tona graças aos recursos de pesquisa utilizados: a instauração de uma entrevista transicional e o uso do PDE-Tema seguido imediatamente de uma conversa sobre a própria entrevista. Tais recursos permitiram o acesso a crenças imaginativas que circulam no ambiente social e que podem afetar as pessoas, uma vez que a personalidade de todos apresenta, além das partes saudáveis, partes neuróticas e psicóticas (Bleger 1963/2007), que contribuem para a ocorrência de adesões a crenças menos amadurecidas, que nos afastam de posicionamentos humanistas, que só são radicais quando autenticamente inclusivos. O imaginário com o qual aqui nos defrontamos indica um momento menos lúcido da pessoalidade coletiva estudada, porque se baseia na crença/fantasia de que o paciente verdadeiro é aquele que não é capaz de controlar o próprio sintoma, enquanto o paciente falso seria aquele que escolhe apresentar o sintoma por livre e espontânea vontade.

Claro que esse critério se revela facilmente incoerente se tomado de modo abrangente. Contudo, ao ser aplicado a psicóticos e dependentes do uso de substâncias, mostra-se inadequado já de saída, porque não está sendo corretamente aplicado, uma vez que se mantém colado a um registro comportamental bastante ingênuo. Afinal, o uso problemático de drogas tem caráter claramente compulsivo e não é requerida grande experiência clínica, ou de vida, para perceber que “eu paro quando eu quiser”, fala frequente entre os usuários, corresponde a uma manifestação defensiva. Assim, o que parece estar em jogo, na busca por detectar os falsos pacientes, é a desconstrução do alcoolismo e da drogadição como problemas psiquiátricos para retomá-los num registro moral que pode ser rapidamente transmutado em delinqüencial.

O fato é que enquanto o paciente psicótico tende a viver seus sintomas como fenômenos não-eu, o indivíduo que buscou ou aceitou a droga não tem como negar sua participação no evento. A título de exemplo, utilizamos os chamados ouvidores de vozes (Couto & Kantorsky, 2018), que se sentem sempre aflitos quando as escutam como algo que os invade, de modo particularmente bizarro, contrastando com a atitude e comportamento de pessoas que supostamente

admitem que as drogas fazem mal mas não deixam de adquiri-las e usá-las.

Entretanto, seguindo em frente em nossas reflexões, não podemos deixar de lembrar, a partir da preocupação dos nossos participantes em diferenciar pacientes verdadeiros e falsos, de um estudo realizado pelo antropólogo David Rosenhan (1973). Esse pesquisador decidiu abordar cientificamente a prática da internação psiquiátrica por meio do envio de sete estudantes de antropologia, além dele mesmo, a prontos socorros psiquiátricos. Todos se apresentaram alegando queixa de ouvir vozes que diziam as seguintes palavras: “golpe”, “vazio” e “oco”. Todos, sem exceção, foram internados por períodos variados entre 7 e 52 dias, em média 19 dias, recebendo diagnósticos de esquizofrenia. Um ponto bastante interessante dizia respeito ao fato de que, afora o que disseram no momento da internação, nenhum deles voltou a referir alucinações auditivas nem adotou nenhum comportamento bizarro, a não ser preencher seus diários de campo de pesquisa. Deste modo, Rosenhan (1973) demonstrou quão pouco confiáveis eram, à época, os critérios de admissão ao hospício, por meio da qual tinha início a carreira de “doente mental”.

Entretanto, no caso de nossa pesquisa, não se trata da desconfiança de que um pesquisador de outra área do conhecimento esteja manipulando condições para provar uma tese, mas da desconfiança de que pessoas optem individualmente por tirar vantagens do fato de serem diagnosticadas como usuárias do serviço de saúde mental. A questão é tanto mais surpreendente quando constatamos que, no geral, a vida dos usuários do sistema de saúde mental no Brasil é bastante precária, vinculando-se a condições de desamparo e humilhação social. Assim, a própria ideia de que uma pessoa pudesse auferir ganhos indevidos ao fazer-se passar por paciente psiquiátrico, o que preocupa os nossos participantes, é, em si mesma, motivo de uma certa perplexidade, que provavelmente indica que a vida, de modo geral, está muito dificultosa.

Podemos ponderar em relação aos pacientes considerados como verdadeiros que o reconhecimento da existência de sofrimento emocional, na experiência de enlouquecimento, facilita que os profissionais de saúde adotem posturas éticas, empáticas e inclusivas diante do paciente psiquiátrico, numa linha coerente com boa formação profissional e com efeitos significativos gerados pela reforma psiquiátrica brasileira (Emerich & Onocko-Campos, 2019). Ou seja, vemo-nos diante de indicativos importantes de que esse grupo de trabalhadores superou, em relação ao sofrimento psicótico, posições conservadoras e preconceituosas que eram predominantes, há poucas décadas, entre a população em geral e entre profissionais da área. Cabe, no entanto, deixarmos como reflexão que pode suscitar inclusive outros estudos, se essa posição que por um lado reflete o cuidado ético, por outro não pode tornar-se mais confortável a ponto de dificultar a quali-

ficação de estratégias para lidar com desafios que as conquistas da reforma psiquiátrica trazem, a exemplo da relação mais próxima e direta dos profissionais com os familiares de pacientes (Porto et al., 2019).

Já o campo de sentido afetivo-emocional “Impostores dependentes”, como temos buscado elucidar até aqui, se liga a sentimentos contratransferenciais claramente hostis. Compreende-se então porque os usuários de substâncias psicoativas são referidos frequentemente como personalidades psicopáticas, antissociais e delinquentes, entre outras denominações. Sendo imaginados como capazes de ter controle sobre os próprios sintomas, eles teriam poder de manipulá-los para obtenção de vantagens. Em função disso, são avaliados como indivíduos sem caráter, “malandros” e simuladores, suscitando afetos contratransferenciais pouco compassivos, numa linha que difere marcadamente daquilo que habitualmente ocorre diante de pessoas que apresentam dificuldades de saúde (Mencarelli, 2003). Na percepção dos participantes, essas pessoas suscitam dúvidas importantes, na medida em que poderiam não passar de meros aproveitadores que buscam conseguir alguma vantagem ao assumirem a condição de psiquiatrizado. Como vemos, os profissionais sofrem, contratransferencialmente, sentimentos de estarem sendo ludibriados, enganados, de estarem “sendo feitos de bobos”.

Percebe-se no material da pesquisa que não se nega que os dependentes sejam pessoas problemáticas, mas se discute disfarçadamente a qual instituição social deveriam ser encaminhados, uma vez que são pensados como portadores de falhas morais. Trata-se, portanto, de um posicionamento que não surpreenderia caso estivesse sendo expresso por leigos, como demonstra o trabalho de Simões et al. (2015) que, ao investigarem o imaginário sobre o dependente químico, conforme vem sendo compartilhado na mídia, constataram que é imaginativamente concebido como um criminoso afetado por uma dependência química que derivaria de condições exclusivamente individuais. Assim, a presente pesquisa acaba por revelar um certo alinhamento entre crenças imaginativas que circulam na mídia comum, expressando a visão de pessoas leigas no assunto, e o que é assumido por nossos participantes como profissionais de nível superior especializados em saúde mental: afinal, o uso de drogas não seria caso de polícia?

A postura dos participantes diante dos psicóticos condiz com o esperado atualmente como resultado de uma reforma psiquiátrica exitosa e satisfatoriamente consolidada em nosso país. Por outro lado, a negação da condição de paciente verdadeiro ao usuário dependente do uso de substâncias indica a persistência de um antigo preconceito, que se manifestava inclusive entre os próprios psiquiatrizados e que elegia o dependente químico como figura nefasta (Machado, 1995).

Assim, descortina-se diante de nós um quadro interessante, na medida em que, por um lado, há motivos para celebrar a superação do modelo manicomial no que diz respeito ao paciente psicótico, enquanto, por outro lado, percebemos com clareza áreas vulneráveis, que vem sendo tomadas por retrocessos perigosos e que atingem pessoas que fazem uso abusivo de substâncias. Entre esses retrocessos, citamos: a retirada da redução de danos como política pública utilizada nos serviços especializados em álcool e outras drogas (Decreto 9.761, 2019); a determinação que possibilita a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas – instituições que visam tratar a dependência química pela via da abstinência forçada, sem equipe multiprofissional e muitas vezes com terapêuticas de cunho religioso (Resolução nº 3, 2020); a inclusão de manicômios na Rede de Atenção Psicossocial - RAPS; a retomada do uso do eletrochoque terapêutico – ECT; a preconização da internação de crianças e adolescentes em manicômio (Associação Brasileira de Psiquiatria, 2020); e a defesa de políticas reacionárias com relação aos habitantes da chamada Cracolândia (Alves et al., 2020; Nasser, 2018).

Finalizamos lembrando, com Bleger (1963/2007), que o modo de organização da sociedade capitalista favorece relações de dominação, exploração e uso do outro, determinando a configuração de campos vinculares persecutórios onde todos devem se defender do ataque de todos. Relações de solidariedade, de respeito e de cuidado podem infiltrar-se com cautela de forma a conquistar e manter seus espaços; não basta implantar novos modos de relacionamento, é importante poder sustentá-los. Por suas próprias características, o sistema capitalista gera pobreza concreta; vale dizer, pobres que não são os mesmos de outras épocas históricas, pois aqueles viviam na carência geral e não na opulência que se faz para alguns às custas de muitos. Nada possuir numa sociedade opulenta, mas desigual e injusta, difere muito da falta vivida quando todos enfrentam as mesmas carências, porque não se trata apenas da falta do pão, mas de desamparo e humilhação que comprometem esperança e visão de futuro. Todas essas carências provocam sofrimentos emocionais socialmente determinados que estão na base de muitos problemas, inclusive do uso problemático de drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aiello-Vaisberg, T.M.J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. [Tese de Livre Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.47.2006.tde-24022006-090139>

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. & Machado, M. C. L. (2007). As narrativas transferenciais como apresentação do acontecer clínico: uma proposta metodológica. *Anais da Jornada de Pesquisa em Psicanálise e Fenomenologia, Campinas*. <http://bibliotecadigital.puc-campi-nas.edu.br/services/monografias/ANAIS%2012ABR07.pdf>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R. & Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.). *Psychanalyse, Philosophie et Art: dialogues* (pp. 39-52). L' Harmattan
- Alves, Y. D., Pereira, P. P. G., & Peres, P. S. (2020). Nascimento, vida e morte de uma política pública: uma etnografia do programa De Braços Abertos. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(3), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00213918>
- Associação Brasileira de Psiquiatria (2020). *Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil*. https://e0f08232-817d-4a27-b142-af438c0f6699.usrfiles.com/ugd/e0f082_988dca51176541ebaa8255349068a576.pdf
- Ávila, C. M., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. *Paidéia*, 18(39), 155-164. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000100014>
- Barcelos, T. F. (2014). *A História da Menina-Morta: (Des)esperança de adolescentes em situação de precariedade social*. [Tese de Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2014.tde-06112014-162535>
- Barretto, R. S., & Figueiredo, A. E. B. (2019). Estigma e violência na percepção dos profissionais de saúde mental de uma unidade psiquiátrica em hospital geral. *Cadernos Saúde Coletiva*, 27(2), 124-130. <https://doi.org/10.1590/1414-462x201900020370>
- Bleger, J. (2007). *Psicología de la conducta*. Paidós (Trabalho original publicado em 1963).
- Bleger, J. (1988). *Psicoanálisis y dialéctica materialista*. Paidós (Trabalho original publicado em 1958).
- Carvalho, B. (2020). O que é Psicologia concreta? Reflexões politzerianas em torno do problema da crise da psicologia. *Interação em Psicologia*, 24(3), 329-339. <http://doi.org/10.5380/riep.v24i3.73044>
- Couto, M. L. de O., & Kantorski, L. P. (2018). Ouvidores de vozes: uma revisão sobre o sentido e a relação com as vozes. *Psicologia USP*, 29(3), 418-431. <http://doi.org/10.1590/0103-656420180077>
- Constantinidis, T. C. (2017). Profissionais de saúde mental e familiares de pessoas com sofrimento psíquico: encontro ou desencontro? *Psicologia USP*, 28(1), 23-32. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150114>
- Decreto-Lei n. 9.761, de 11 de abril de 2019. (2019, 11 de abril) Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm
- Duschenes, S. & Haegel, F. (2005). *L'Entretien Collectif*. Armand Collen.
- Emerich, B. F., & Onocko-Campos, R. (2019). Formação para o trabalho em Saúde Mental: reflexões a partir das concepções de Sujeito, Coletivo e Instituição. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.170521>
- Ferreira-Teixeira, M. C., Visintin, C. N. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). Imaginário de profissionais de saúde sobre mães de bebês disponíveis para serem adotados. *Psicologia em revista (online)*, 25(3), 1194-1212. <http://doi.org/10.5752/P.1677-1168.2019v25n3p1194-1212>
- Goldmann, L. (1974). *Varios Sociologia contra psicoanálisis*. Martinez Roca.
- Herrmann, F. (1979). *O método da psicanálise*. Brasiliense.
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. Casa do Psicólogo.
- Lima, L. A. B., & Miranda, F. J. (2018). Análise do trabalho dos cuidadores em saúde nas residências terapêuticas. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-8. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i174842>
- Lukács, G. (2013) *Ontologia do Ser Social*. Boitempo. (Original publicado em 1978).
- Machado, M.C.L. (1995) *Universo em Desencanto: Conceitos, Imagens e Fantasias de Pacientes Psiquiátricos sobre Loucura e/ou Doença Mental*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.
- Manna, R. E.; Leite, J. C. A.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996. <http://doi.org/10.1590/s0104-12902018180888>
- Mencarelli, V. L. (2003). *Em defesa de uma clínica psicanalítica não-convencional: oficinas de velas ornamentais com pacientes soropositivos*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.
- Nasser, M. M. S. (2018). Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, 24(50), 243-270. <http://doi.org/10.1590/s0104-71832018000100009>
- Oliveira, D. O. F. (2020). *Gênero e drogas: Imaginário de Trabalhadores de um Serviço de Saúde Mental*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório Institucional PUC-Campinas.

- Pekny, V. M. & Granato, T. M. M. (2019). Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo. *Psicologia Clínica*, 31(3), 499-519. <http://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A05>
- Pessoa Júnior, J. M., Santos, R. C. de A., Clementino, F. S., Nascimento, E. G. C do, & Miranda, F. A. N. de. (2016). Formação em saúde mental e atuação profissional no âmbito do hospital psiquiátrico. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25(3), 2-7. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003020015>
- Politzer, G. (2004). *Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Unimep. (Trabalho original publicado em 1928).
- Porto, L., Bandeira, M., & Oliveira, M. (2019). Sobrecarga de familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos: relação com a resiliência. *Interação em Psicologia*, 23(3). <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v23i3.56750>
- Reinaldo, A. M. S., & Santos, R. L. F. (2016). Religião e transtornos mentais na perspectiva de profissionais de saúde, pacientes psiquiátricos e seus familiares. *Saúde em Debate*, 40(110), 162-171. <http://doi.org/10.1590/0103-1104201611012>
- Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020. (2020, 24 de julho) Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-24-de-julho-de-2020-268914833>
- Rosa, D. C. J., Lima, D. M. D., Peres, R. S., & Santos, M. A. D. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595. <http://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>
- Rosenhan, D. L. (1976). On being sane in insane places. *Science*, 179, 179-258. <https://doi.org/10.1126/science.179.4070.250>
- Santos, R. C. A., Pessoa Junior, J. M. & Miranda, F. A. N. (2018). Rede de atenção psicossocial: adequação dos papéis e funções desempenhados pelos profissionais. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39, e57448. <http://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.57448>
- Simões, C.H.D. (2012). *Sofredores, impostores e vítimas da sociedade: imaginário de uma equipe de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório Institucional PUC Campinas.
- Simões, C. H. D., Fernandes, R. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). O profissional de saúde mental na reforma psiquiátrica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(2), 275-282. <http://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200014>
- Simões, C. H. D., Ferreira-Teixeira, M. C., & Vaisberg, T. M. J. A. (2015). O imaginário do dependente químico na mídia jornalística: considerações preliminares. In *Anais da Jornada Apoiar: Cuidado e prevenção em saúde mental: propostas e pesquisas*. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/002930091>
- Soares, R., Oliveira, M., & Domanico, A. (2020). Avaliação da satisfação da equipe de profissionais de um serviço de atenção psicossocial especializado em álcool e outras drogas. *Interação em Psicologia*, 24(2), 153-163. <http://doi.org/10.5380/psi.v24i2.66901>
- Souza, I. A. S., Pereira, M. O., Oliveira, M. A. F. de, Pinho, P. H., & Gonçalves, R. M. D. de A. (2015). Processo de trabalho e seu impacto nos profissionais de enfermagem em serviço de saúde mental. *Acta Paulista de Enfermagem*, 28(5), 447-453. <http://doi.org/10.1590/1982-0194201500075>
- Trinca, W. (1976). *Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de percepção temática*. Pedagógica e Universitária.
- Vasconcelos, M. de F. F. de, & Paulon, S. M. (2014). Instituição militância em análise: a (sobre)implicação de trabalhadores na Reforma Psiquiátrica brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 26 (spe), 222-234. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500023>
- Vargas, A. de F. M., & Campos, M. M. (2020). Impasses na conformação da rede de atenção psicossocial pela perspectiva dos agentes institucionais. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-18. <http://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i187347>
- Winnicott, D. W. (1994). O Jogo do Rabisco. In C. Winnicott, R. Sheperd & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas* (pp. 230-243). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1968)

Data de submissão: 30/04/2021
Primeira decisão editorial: 21/06/2021
Aceite: 11/08/2022